



T0812027N

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2016****NÍVEL SUPERIOR - CLASSE E - TARDE****CONTADOR**

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

**COMPOSIÇÃO DO CADERNO**

Português	01 a 20
Administração Pública	21 a 35
Informática Básica	36 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

**INSTRUÇÕES**

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Prova quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas e, para seu preenchimento, é permitido, somente, o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Leia atentamente cada item da prova objetiva e o julgue como VERDADEIRO ou FALSO, preenchendo na folha de resposta, conforme seu julgamento, o alvéolo referente a cada item da seguinte maneira: ●
 - 2.1. Conforme Edital, de acordo com os subitens: 10.3.2 Será atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada marcação em acordo com o gabarito oficial; 10.3.3 Será atribuído 0 (zero) ponto para cada item em branco ou com dupla marcação; 10.3.4 Será descontado o valor de 0,75 (setenta e cinco centésimos) de ponto para cada marcação em desacordo com o gabarito oficial.
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato poderá ausentar-se da sala acompanhado de um fiscal, todavia apenas poderá deixar definitivamente esse local e entregar sua Folha de Respostas após decorridas, no mínimo, 2 (duas) horas do início da prova, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Prova. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas, devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Prova somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCB - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico emita ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no **envelope de guarda de pertences**. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Texto 1

Alteridade é colocar-se no lugar do mais fraco

Thiago Burckhart

A alteridade é uma das palavras que nascem nos contextos em que a figura do outro é negada. Trata-se de uma categoria que carrega na sua semântica a questão do “tu” (alter) e não do “eu” (ego), rompendo com o pensamento filosófico que colocava a figura do “ego” na centralidade do pensamento e da existência. Em sua essência, a alteridade – que também pode ser chamada de outridade – significa a condição do que é o outro, do que é distinto de mim. A implicação dessa categoria nos remete a necessidade de colocar-se no lugar do outro, de desenvolver o sentimento de empatia pelo outro, diferente de mim.

Estruturalmente a alteridade é uma tarefa ética, pois implica na reflexão sobre a condição humana deste outro, partindo do pressuposto que o outro não é um inimigo desumanizado, mas que deve ser visto como um ser humano ao mesmo tempo igual e diferente de mim. A experiência de se colocar no lugar do outro implica a conduta ética de perceber, a partir dos olhos deste outro, o mundo em que ele se insere, que é fruto de suas experiências, seus hábitos, sua história e seus conhecimentos. Num contexto marcado pela “falta de ética”, ou seja, a falta de uma reflexão sobre nossas ações, hábitos e costumes, a alteridade enquanto proposta torna-se difícil de concretizar-se.

Talvez, como afirma Márcia Tiburi, já estejamos acostumados com uma racionalidade técnica que domina o mundo, que se vale da pseudocomunicação de nosso tempo. Talvez as pessoas estejam agarradas a um tipo de materialidade das coisas e das mercadorias que não promove a transcendência, e não melhora o olhar sobre o mundo. Nesse sentido, a proposta da alteridade é também voltar-se à estética e (re)construir a sensibilidade perdida em meio a brutalidade da vida. Isso implica no deslocamento do ego e na criação de um elo com o outro, na superação de uma racionalidade irracional que tenta, a todo custo, nos governar e dominar.

Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/06/30/alteridade-e-colocar-se-no-lugar-do-mais-fraco/> Acesso em: 19/08/2017.

Com referência às relações sintático-semânticas estabelecidas entre termos oracionais, orações, períodos e parágrafos do Texto 1, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

1. No trecho “A alteridade é uma das palavras que nascem nos contextos em que a figura do outro é negada.”, ocorrem duas orações adjetivas restritivas, portanto, nas duas ocorrências, o “que” desempenha função de pronome relativo.
2. Em “Trata-se de uma categoria que carrega na sua semântica a questão do “tu” (alter) e não do “eu” (ego) [...]”, o termo “se” caracteriza a ocorrência de um sujeito na voz passiva.
3. O conectivo presente em “[...] como afirma Márcia Tiburi [...]” classifica-se como conjunção coordenativa explicativa.
4. No trecho “Em sua essência, a alteridade – que também pode ser chamada de outridade – significa a condição do que é o outro, do que é distinto de mim.”, os travessões podem, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituídos por vírgulas, mantendo a função da oração adjetiva de restringir o termo “alteridade”.

Considerando que a Fonologia é a parte da gramática que estuda os fonemas, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

5. Em “rompendo” e “pressuposto”, ocorrem dígrafo vocálico e dígrafo consonantal, respectivamente.
6. Em “reflexão”, há mais fonemas do que letras; em “técnica”, o número de letras e fonemas é equivalente; e em “hábitos”, há mais letras do que fonemas.
7. Nos termos “essência” e “reflexão”, ocorrem ditongos crescentes.

Considerando que a regência verbal e a nominal dizem respeito à relação de subordinação entre palavras que preveem determinados complementos para ter sua significação plena, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

8. No excerto “A implicação dessa categoria nos remete a necessidade de colocar-se no lugar do outro [...]”, deveria ocorrer crase diante de “necessidade”, visto que “remete” é um verbo transitivo indireto, cuja regência exige a preposição “a”.

9. Nos seguintes trechos “[...] implica na reflexão sobre a condição humana deste outro[...]” e “A experiência de se colocar no lugar do outro implica a conduta ética [...]”, o verbo “implicar” está sendo utilizado com a mesma regência.

Texto 2 Conclusões de Aninha

**Estavam ali parados. Marido e mulher.
Esperavam o carro. E foi que veio aquela da roça tímida, humilde, sofrida.
Contou que o fogo, lá longe, tinha queimado seu rancho, e tudo que tinha dentro.
Estava ali no comércio pedindo um auxílio para levantar novo rancho e comprar suas pobrezinhas.**

**O homem ouviu. Abriu a carteira, tirou uma cédula, entregou sem palavra.
A mulher ouviu. Perguntou, indagou, especulou, aconselhou, se comoveu e disse que Nossa Senhora havia de ajudar
E não abriu a bolsa.
Qual dos dois ajudou mais?**

**Donde se infere que o homem ajuda sem participar e a mulher participa sem ajudar.
Da mesma forma aquela sentença:
"A quem te pedir um peixe, dá uma vara de pescar."
Pensando bem, não só a vara de pescar, também a linhada, o anzol, a chumbada, a isca, apontar um poço piscoso e ensinar a paciência do pescador.
Você faria isso, Leitor?
Antes que tudo isso se fizesse o desvalido não morreria de fome?
Conclusão:
Na prática, a teoria é outra**

Cora Coralina
Disponível em: https://www.pensador.com/autor/cora_coralina/ Acesso em: 19/08/2017.

Considerando as relações sintático-semânticas estabelecidas no Texto 2, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

10. No verso “E não abriu a bolsa.”, a conjunção coordenativa “e”, embora comumente classificada como aditiva, introduz oração coordenada com valor adversativo.
11. Em “Estava ali no comércio pedindo um auxílio para levantar novo rancho e comprar suas pobrezinhas.”, a preposição “para” introduz uma oração adverbial causal.
12. Nos versos “Contou que o fogo, lá longe, tinha queimado seu rancho, / e tudo que tinha dentro.”, as duas formas verbais “tinha” tem como sujeito elíptico o mesmo referente.
13. A oração “A quem te pedir um peixe [...]” exerce, no período em que ocorre, a função de complemento da forma verbal “dá”.
14. Nos versos “O homem ouviu. Abriu a carteira, tirou uma cédula, / entregou sem palavra./ A mulher ouviu. Perguntou, indagou, especulou, aconselhou,/ se comoveu e disse que Nossa Senhora havia de ajudar”, as vírgulas estão sendo utilizadas para separar termos oracionais com a mesma função sintática.

Em relação aos elementos que compõem o processo de comunicação e suas respectivas funções da linguagem, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

15. No Texto 1, a função Apelativa ou Conativa da linguagem é evidenciada pela referência ao “tu”, presente no primeiro parágrafo.
16. No Texto 2, o predomínio da função Poética pode ser comprovado por meio do jogo de palavras, como se verifica no trecho: “Donde se infere que o homem ajuda sem participar/ e a mulher participa sem ajudar.”

A respeito dos sentidos expressos pelos textos 1 e 2, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

17. De acordo com o autor do texto 1, o contexto atual marcado pelo excesso de racionalidade, pelo desenvolvimento tecnológico e pela falta de ética são fatores que levam as pessoas a posturas de alteridade e empatia.
18. Por meio de percursos discursivos distintos, os dois textos apresentam objetivos semelhantes, visto que os questionamentos que o eu-lírico (texto 2) dirige ao leitor buscam incitá-lo à reflexão sobre alteridade, assim como a “tarefa ética” proposta pelo articulista do texto 1.
19. Em “Isso implica no deslocamento do ego e na criação de um elo com o outro, na superação de uma racionalidade irracional que tenta, a todo custo, nos governar e dominar.” (texto 1), ocorre um paradoxo construído de modo a reforçar a visão crítica do autor do texto no que diz respeito àquilo que impede que a alteridade ocorra em sociedade.
20. A discussão suscitada na terceira estrofe do texto 2 evidencia duas visões antagônicas de discursos que respaldam práticas de alteridade, a saber: posturas assistencialistas e emancipatórias perante aqueles que se encontram em situação desfavorecida, no poema, representados pela mulher cujo rancho pegou fogo, apresentada na primeira estrofe.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os direitos e deveres dos servidores públicos estão estabelecidos na Constituição Federal e na Lei 8.112/1990. A Administração Pública deve ter sempre presente o interesse coletivo na obtenção dos serviços públicos. Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

21. O dever de obediência decorre do dever de fidelidade e determina que o servidor seja fiel e acate as ordens de seus superiores, o que exige a fiel execução das ordens.
22. Os servidores públicos têm os mesmos direitos que os cidadãos, porque também o são, sendo que as restrições exigidas para o desempenho da função pública só serão verificadas se contidas em normas legais que as determinam, segundo as conveniências do serviço.
23. Um servidor público, após processo administrativo, foi demitido por abandono de cargo. Nesse caso, por não se tratar de crime grave, esse servidor não terá cassada sua aposentadoria.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), criada em 18 de fevereiro de 1808 pelo Príncipe Regente D. João, é uma autarquia com autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira. Em relação ao Estatuto e ao Regimento Geral da UFBA, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

24. A autonomia didático-científica da UFBA, dentre outras coisas, consiste em: criar, organizar, modificar e extinguir cursos e programas no âmbito de sua atuação, bem como conferir graus, diplomas, certificados, títulos e dignidades universitárias.
25. A autonomia patrimonial e financeira da UFBA, dentre outras coisas, consiste em: celebrar convênios, contratos e ajustes, inclusive de cooperação financeira, com entidades públicas e privadas, bem como contrair empréstimos para atender as suas necessidades e elaborar e reformar seu Estatuto e Regimento Geral.

26. A autonomia administrativa da UFBA, dentre outras coisas, consiste em: realizar os processos de escolha de Reitor, Vice-Reitor, Diretores e Vice-Diretores de Unidades Universitárias; e administrar e dispor do seu patrimônio.

A Lei nº 8.666/1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública. Com base na lei de licitações, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

27. Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

28. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: advertência; multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 1 (um) ano; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

29. O crime previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/1993 qual seja, “dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade”, tem como pena detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

A Lei 9.784/1999 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Referente à instrução do processo administrativo, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

30. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se apenas mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

31. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

32. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

A Lei nº 8.429/1992 dispõe a respeito das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, dispõe acerca da ética na Administração Pública Federal. Com base nesses dois diplomas, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

33. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações dessa lei até o limite de seus bens.

34. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

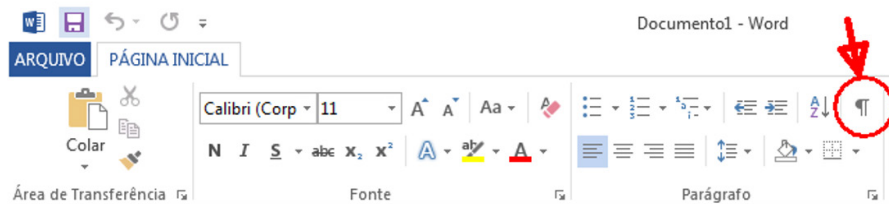
35. A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

Com a popularização dos computadores pessoais e da Internet, o surgimento de vírus de computador e os chamados ataques cibernéticos estão presentes nos noticiários dos mais diversos meios de comunicação. Em relação ao assunto, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 36. Atualmente, prezando pela segurança, a grande maioria dos navegadores possui um modo de navegação privativa. Um exemplo disso é o Mozilla Firefox, com seu modo de navegação privativa (🦊) que garante que não serão salvos cookies e pesquisas realizadas, tornando o usuário anônimo na internet, ocultando as páginas visitadas inclusive no provedor de acesso.
- 37. Phishing é uma técnica utilizada por sites mal-intencionados para capturar informações sigilosas de um usuário através de mensagens falsas. É possível citar como exemplo uma página inteira construída para imitar um site de banco ou instituição financeira.
- 38. O Spam é um programa malicioso programado por hackers para fornecer o acesso remoto ao computador do usuário.

As tarefas de edição de texto são de suma importância em praticamente todos os setores de uma "organização". Uma das opções disponíveis no mercado é o Microsoft Word 2013. Considerando a versão em português, em sua configuração padrão, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 39. O recurso subscripto permite criar letras pequenas abaixo da linha de base do texto. A tecla de atalho Ctrl + = também permite o acesso ao recurso.
Obs.: O caractere "+" foi utilizado apenas para interpretação desse item.
- 40. A funcionalidade circulada na imagem a seguir, permite inserir fórmulas matemáticas que utilizam o recurso popularmente conhecido como "Pi".



- 41. O Word possui um recurso que permite inserir uma marca de referência no texto e adicionar uma nota na parte inferior da página. Esse recurso é oficialmente denominado Lembrete.
- 42. Na elaboração de uma Mala Direta, para adicionar um Bloco de endereço com facilidade para sua etiqueta, basta acessar a guia REFERÊNCIAS.

As planilhas eletrônicas, além de fórmulas matemáticas, possuem, por exemplo, fórmulas para manipulação de texto, estatísticas, contagem, conversão, etc. Um dos mais completos softwares disponíveis no mercado para esse fim é o Microsoft Excel. Considerando a versão 2013, em sua configuração padrão, e os dados exibidos na planilha representada na seguinte imagem, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

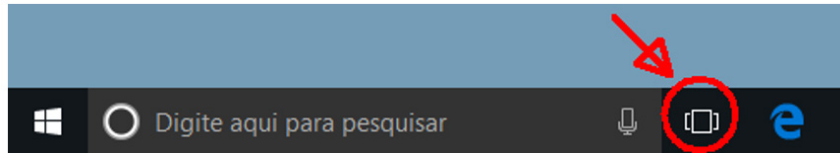
	A	B	C	D
1	1	2	3	
2	4	5	6	
3	10	20	30	
4				

- 43. Ao clicar na célula A4, digitar a fórmula =SE(A2+B2/B1=3;C1^2;A\$3*2) e pressionar a tecla ENTER, será exibido como resultado o valor 20.
- 44. Ao clicar na célula B2 e em seguida executar a tecla de atalho Ctrl + E, o algarismo 5 será alinhado à esquerda.
Obs.: O caractere "+" foi utilizado apenas para interpretação desse item.

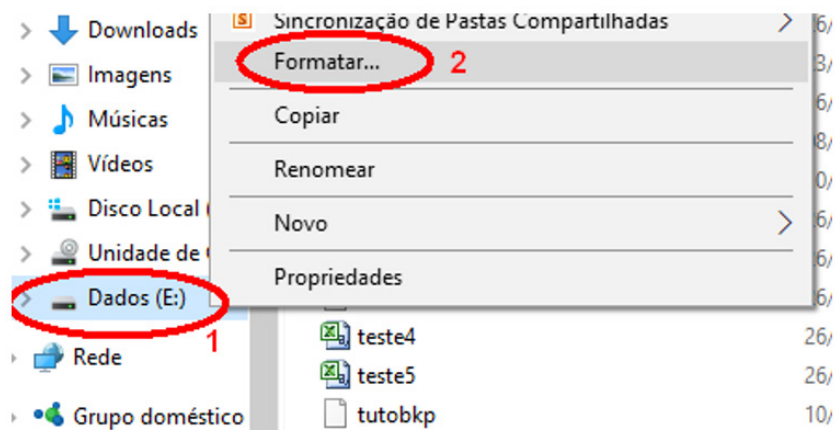
45. Ao selecionar o intervalo A3:C3 e, em seguida, pressionar a tecla ENTER, os algarismos 10, 20 e 30 serão automaticamente replicados na linha 4.
46. As fórmulas $=A1+B1+C1/3$ e $=SOMA(A3:C3)/10-2$ ao serem executadas em uma célula vazia devem produzir como resultado o algarismo 4 .

Um S.O. (Sistema Operacional) é o responsável pelo gerenciamento dos mais diversos tipos de recursos do sistema. O Sistema Operacional Windows 10 possui uma interface amigável que é popularmente conhecida pelos mais diversos tipos de usuários. Considerando a versão em português desse sistema, em sua instalação padrão, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

47. Na seguinte imagem, está circulado o “botão” Visão de Tarefas.

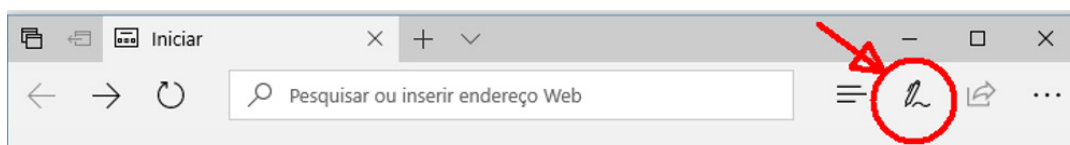


48. No explorador de arquivos, a opção disponível para formatar uma unidade de 250GB (botão direito do mouse), conforme pode ser observado na imagem a seguir, tem o NTFS como sistema de arquivo padrão.



Para facilitar o acesso e a visualização de sites Web, deve ser utilizado um aplicativo de navegação. Considerando os navegadores atualmente disponíveis para utilização, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

49. O Google Chrome é um Web Browser gratuito que permite abrir uma nova guia através da execução da tecla de atalho Ctrl + T.
Obs.: O caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação desse item.
50. A imagem a seguir corresponde ao navegador Microsoft Edge e o botão circulado permite criar uma anotação Web.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O planejamento governamental é ainda uma atividade recente na história da administração pública brasileira. Desde o final dos anos 1930, o planejamento foi utilizado pelos diversos governos como forma de alcançar o desenvolvimento nacional, mas foi a partir dos anos 50 que a experiência de planejamento governamental se tornou mais forte. Considerando esse contexto histórico, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

51. O último governo de Getúlio Vargas encontrava-se vinculado ao plano americano de ajuda técnica aos países subdesenvolvidos para as diversas áreas: defesa, educação, saúde, agricultura e planejamento, que era denominado Plano Misto Brasil – Estados Unidos.
52. O Governo de Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Cruzado com objetivo de dar um tratamento de choque na economia com o congelamento de preços, tarifas, salários e troca de moeda.
53. Foi o Governo de Fernando Collor que inaugurou a era dos planos Plurianuais, elaborados com o objetivo principal de cumprir a exigência constitucional.

Até o exercício de 1986, o Governo Federal convivia com uma série de problemas de natureza administrativa que dificultava a adequada gestão dos recursos públicos e a preparação do orçamento unificado, que passaria a vigorar em 1987. Para resolver esses problemas, a Secretaria do Tesouro Nacional definiu e desenvolveu, em conjunto com o SERPRO, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI – em menos de um ano, implantando-o em janeiro de 1987, para suprir o Governo Federal de um instrumento moderno e eficaz no controle e acompanhamento dos gastos públicos. Em relação ao SIAFI, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

54. Com o SIAFI, o Governo Federal tem várias contas para gerir. Todas as saídas de dinheiro ocorrem com o registro de sua aplicação e do servidor público que a efetuou. Trata-se de uma ferramenta poderosa para executar,

acompanhar e controlar com eficiência e eficácia a correta utilização dos recursos da União.

55. Um dos problemas resolvidos pela criação e implantação do SIAFI foi o estoque ocioso de moeda dificultando a administração de caixa, decorrente da existência de inúmeras contas bancárias, no âmbito do Governo Federal. Em cada Unidade, havia uma conta bancária para cada despesa. Por exemplo: Conta Bancária para Material Permanente, Conta Bancária para Pessoal, Conta Bancária para Material de Consumo, etc.

O Sistema de Planejamento Integrado, no Brasil, também conhecido como Processo de Planejamento-Orçamento, consubstancia os seguintes instrumentos: Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamentos Anuais. Em relação a esses instrumentos, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

56. O Plano Plurianual é um plano de médio prazo, através do qual procura-se ordenar as ações do governo que levem a atingir os objetivos e metas fixadas para um período de três anos, já que ele entra em vigor no segundo ano do mandato dos gestores nos três níveis de governo.
57. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública (incluindo as despesas de capital para o corrente exercício financeiro), orientará a elaboração à lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências oficiais de fomento.
58. A Lei de Orçamento Anual compreenderá somente o orçamento fiscal referente aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, e o orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Entre os temas regulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, destaca-se a imposição da limitação das despesas com pessoal. Sobre a Receita Corrente Líquida, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 59.** Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não serão computados para efeito do limite de gastos com pessoal.
- 60.** A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

A instituição orçamentária é cercada por uma série de regras com a finalidade de aumentar-lhe a consistência no cumprimento de sua principal finalidade: auxiliar o controle parlamentar sobre os Executivos. Essas regras ou princípios receberam grande ênfase na fase em que os orçamentos possuíam grande conotação jurídica, chegando alguns a serem incorporados na corrente legislação, basicamente na Constituição, na Lei 4.320/64 e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs). Os princípios orçamentários são premissas a serem observadas na concepção da proposta orçamentária. Nesse contexto, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 61.** De acordo com o princípio da unidade, deverão ser incluídos no orçamento todos os aspectos do programa de cada órgão, principalmente aqueles que envolvam qualquer transação financeira ou econômica.
- 62.** Deve-se evitar que se incluam na lei de orçamento normas relativas a outros campos jurídicos, e, portanto, estranhas à previsão da receita e fixação da despesa.

No que concerne ao processo de execução orçamentária, a LRF determina que o Poder Executivo estabeleça a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso no prazo de até 30 dias após a publicação da LOA. Considerando o exposto, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 63.** Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados

exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

- 64.** Não serão objetos de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
- 65.** Se verificado, ao final de um semestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Durante a execução do orçamento anual, o governo se depara com algumas situações não previstas na lei, como mudança na política pública para um determinado setor que não estava prevista na lei, ou o lançamento de um novo programa de governo para o qual não havia previsão orçamentária ou, ainda, situações causadas pelas intempéries da natureza como tempestades, enchentes, etc. Quando essas situações ocorrem, o governo pode utilizar o mecanismo dos créditos adicionais para fazer frente a essas novas necessidades. Assim, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 66.** Os Créditos Adicionais Suplementares são destinados a reforço de dotação orçamentária que, por qualquer motivo, tornaram-se insuficientes.
- 67.** Os Créditos Adicionais Especiais são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- 68.** Uma das fontes de recursos utilizadas para satisfazer as necessidades dos créditos adicionais é o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

O orçamento, embora seja anual, não pode ser concebido ou executado isoladamente do período imediatamente anterior e do posterior, pois sofre influências condicionantes daquele que o precede, assim como constitui uma base informativa para os futuros exercícios. Daí a necessidade de compreensão do ciclo orçamentário. Com base nas informações mencionadas, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

69. A fase do Estudo e da Aprovação da proposta orçamentária é de competência do Poder Legislativo e do Poder executivo que, em conjunto, analisarão se está configurada nas necessidades do povo.
70. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

A despesa orçamentária é executada pelo regime de competência que estabelece que pertencem ao exercício financeiro às despesas nele legalmente empenhadas. Com relação aos procedimentos a serem adotados para o encerramento do exercício, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

71. Consideram-se como Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
72. A despesa não processada é aquela cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende ainda da fase da liquidação, isto é, o empenho foi emitido, porém o objeto adquirido ainda não foi entregue e depende de algum fator para sua regular liquidação.

A União, os Estados e os Municípios, para financiar investimentos não cobertos pela arrecadação, recorrem a recursos de terceiro. Essa dívida é classificada em Dívida Flutuante e Dívida Fundada. Com relação a esse endividamento, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

73. Dívida Fundada ou Consolidada é aquela que o Tesouro contrai por um breve ou determinado período de tempo quer para atender a eventuais insuficiências de caixa quer como administrador dos bens e valores de terceiros.

74. Dívida flutuante é aquela que representa um compromisso a longo prazo, de valor previamente determinado, garantida por títulos do governo, que rendem juros e são amortizáveis ou resgatáveis, podendo ou não o seu vencimento ser fixado.
75. Os débitos de tesouraria serão classificados como dívida fundada.

A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe algumas exigências. Em relação a sua realização, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

76. Somente poderá ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício.
77. Deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia trinta e um de dezembro de cada ano.
78. Estará proibida no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas. Em relação aos órgãos que compõem esse Sistema, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

79. Integram o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal: o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como órgão central, os órgãos setoriais e os órgãos específicos.
80. Os órgãos específicos são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento.

A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, na forma prevista na Lei 4.320/1964: empenho, liquidação e pagamento. Em relação a esses estágios, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

81. O tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, é o empenho Global.

82. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

83. Ressalvado o disposto em lei complementar, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês de mandato do prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

Cabe ao profissional da contabilidade zelar pelo cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Nesse sentido, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

84. As fundações públicas de Direito Privado e todas as organizações que façam uso de recursos de origem pública, inclusive as empresas privadas que recebam subvenção econômica deverão atender integralmente às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

85. As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público implantaram dois novos demonstrativos: Demonstrativo do Fluxo de Caixa e o Demonstrativo de Resultado Econômico.

Sobre a contabilidade pública, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

86. A Contabilidade Pública é considerada uma ciência.

87. O sistema contábil, de acordo com as NBCASP, está estruturado nos seguintes subsistemas de informações: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Custo e de Compensação.

A entidade do setor público deve manter procedimentos uniformes de registros contábeis. Assim, devem ser observadas algumas características do registro e da informação contábil. Em relação a esses aspectos, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

88. Os registros e as informações contábeis devem possibilitar a análise da situação patrimonial de entidades do setor público ao longo do tempo e estatisticamente, bem como a identificação de semelhanças e diferenças dessa situação patrimonial com a de outras entidades, permitindo a comparabilidade.

89. Os fenômenos patrimoniais devem ser registrados no momento da sua ocorrência e divulgados em tempo hábil para os usuários.

90. Os registros contábeis e as informações devem observar critérios padronizados e contínuos de identificação, classificação, mensuração, avaliação e evidenciação, de modo que fiquem compatíveis, mesmo que gerados por diferentes entidades.

Na etapa da execução da receita orçamentária, a lei 4.320/64 estabelece três estágios, que são: lançamento, arrecadação e recolhimento. Em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

91. Sob o enfoque orçamentário, o IPTU será reconhecido como receita no estágio do seu lançamento.

92. Sob enfoque patrimonial, o IPTU será reconhecido como receita no estágio da arrecadação.

93. O IPTU lançado no exercício anterior, já inscrito em Dívida Ativa, será classificado como Receita tributária no seu estágio de arrecadação.

As compras em órgãos públicos, via de regra, ocorrem por meio de licitação, regulamentada pela Lei 8.666/93. A Administração pública pode optar pela compra de um bem novo ou um bem já em utilização. Nesse sentido, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

94. A aquisição de Bens já em Utilização será classificada no Grupo de Natureza da Despesa Inversões Financeiras.

95. A aquisição de um terreno para construção de uma escola pública será classificada no Grupo de Natureza da Despesa Investimentos.

Dentre as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público, encontra-se o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC). Sobre esse demonstrativo, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 96.** O método direto elabora o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, a partir do lucro (resultado) líquido do período, ajustado pelas receitas e despesas que não interfiram no caixa ou disponibilidades da entidade, tais como: provisões, depreciações, amortizações e exaustões.
- 97.** A principal diferença existente entre os métodos direto e indireto está no grupo das atividades operacionais, pois, no método direto, é listado por transação que afeta o caixa e, no método indireto, é feita uma conciliação entre o lucro líquido (resultado) e o fluxo de caixa.

Executar o orçamento significa realizar as despesas públicas nele previstas. Assim, para que a utilização de recursos públicos seja realizada, a primeira condição é que tal ato tenha sido legalmente autorizado pelo Legislativo e que, após a emissão da reserva e da licitação, os três estágios da execução da despesa prevista na Lei 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento sejam seguidos à “risca”. Com relação aos registros contábeis a serem realizados em cada uma dessas fases, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 98.** O lançamento a ser realizado no subsistema de Orçamentário de uma despesa empenhada é: Débito na conta “Execução da Disponibilidade de Recursos” e Crédito da conta “Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Empenho”.
- 99.** O registro da liquidação da despesa após a emissão da Nota Fiscal no Subsistema Orçamentário é: Débito da conta “Crédito Empenhado em liquidação” e Crédito da conta “Crédito Empenhado Liquidado a Pagar”.
- 100.** O registro do pagamento da despesa a ser realizado no Subsistema patrimonial é: Débito da conta “Caixa ou Equivalente de Caixa em Moeda Nacional e Crédito da conta “Fornecedores ou Contas a Pagar ou outras similares”.

RASCUNHO
